



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

Exm.º Sr. Presidente do SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

Exm.º Sr. Juiz Desembargador António Pedro Figueira **Ferreira de Almeida**, na qualidade de Juiz Desembargador mais antigo deste Tribunal.

Exm.ª Sra. Ministra da Justiça.

Exmo. Sr. Ministro-adjunto.

Exm.ª Sra. Procuradora-Geral da República.

Exm.ª Sra. Bastonária da Ordem dos Advogados.

Exm.º Sr. Provedor de Justiça Adjunto, em representação do Sr. Provedor de Justiça.

Exm.ª Sr.ª Secretária de Estado Adjunta e da Justiça.

Exm.ºs Srs. representantes dos Chefes do Estado-Maior da Armada, do Exército e da Força Aérea.

Emérito Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Juiz Conselheiro, Noronha Nascimento.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

Exm.º Sr. Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura.

Exm.ºs Srs. Vice-Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça.

Exm.ºs Srs. Presidentes dos Tribunais da Relação e dos Tribunais Centrais Administrativos.

Exm.º Sr. Bastonário da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução.

Exm.ªs Sr.ªs Procuradora-geral Distrital de Lisboa e Procuradora-geral Distrital do Porto.

Exm.º Sr. Presidente cessante, juiz Desembargador, Luís Maria Vaz das Neves e

Exm.º Juiz Conselheiro, Jaime Octávio **Cardona Ferreira**, na qualidade de antigo Presidente deste Tribunal.

Exm.ºs Sras. Juízas Desembargadoras e Srs. Juízes Desembargadores, Sras. Procuradoras-gerais-adjuntas e



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

Procuradores-gerais-adjuntos, Sras. Funcionárias e Srs. Funcionários deste Tribunal.

EXCELÊNCIAS.

Caros convidados, minhas senhoras e meus senhores.

A sua deslocação a este Tribunal da Relação de Lisboa para este ato constitui, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, um gesto de grande significado para o Tribunal e para mim próprio, distinção a que já nos habituou na Presidência do nosso mais alto Tribunal, mas que nem por isso posso deixar de realçar, agradecendo-lhe em nome de todos.

Neste ato, especialmente significativo para este Tribunal da Relação de Lisboa, cumpre-me agradecer a presença de todos e aos Senhores/as Juizes/as Desembargadores/as a confiança que, mais uma vez, em mim depositaram, certo de que tudo farei para que as suas expetativas não sejam defraudadas.

A eleição do Presidente dos Tribunais da Relação é uma conquista da democracia e de todos os portugueses, nesta medida transcendendo os limites do próprio tribunal, para se situar no espaço mais vasto da administração da justiça.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

O termo “administração da justiça”, pela significância relacional entre quem administra e a favor de quem é administrada a mesma “justiça”, de imediato nos conduz para a vida concreta em sociedade e para a interação da justiça com essa mesma sociedade.

Os efeitos sociais da boa ou má administração da justiça são, *prima facie*, os sentidos pelos cidadãos que a ela recorrem, a que não podemos deixar de estar atentos, em ordem a assumirmos as nossas responsabilidades como órgão de soberania e a adequarmos os nossos atos aos anseios de justiça da sociedade de que fazemos parte.

Como Presidente eleito deste Tribunal e como juiz aqui estarei para assumir as minhas responsabilidades, esperando que outros assumam as suas.

Depois do epíteto genérico da “*justiça em crise*”, aos tribunais tem também sido imputada uma disfunção em relação à economia nacional, real ou apenas ficcionada.

Para alguns, a ação dos tribunais portugueses prejudicaria a economia nacional e o investimento estrangeiro, de que ela necessita.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

Com todo o respeito, não podemos partilhar dessa análise que assenta, possivelmente, numa visão parcelar e parcial, quer dos mecanismos da justiça, quer das regras de funcionamento da economia global.

O investimento estrangeiro exige um quadro legal determinável e estável e a ausência de desperdícios burocráticos do investimento e dos respetivos dividendos.

Não é a justiça que entrava a economia e o investimento estrangeiro, mas a burocracia dos poderes do Estado e a corrupção que lhe pode ser associada, potenciada pela promiscuidade entre público e privado e por agentes que exercem funções, ora num, ora noutro, quando não acumulam funções públicas com funções privadas, usando o *jus imperii* das primeiras em benefício das segundas e em proveito próprio.

Estas são matérias que transcendem a administração da justiça, delas devendo cuidar outros poderes do Estado, que não os tribunais.

Aos tribunais devem ser imputadas apenas as suas próprias responsabilidades, que não serão pequenas.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

A este nível, a título de mero exemplo, existe a perceção pública de que a batalha dos ilícitos conexos ao fenómeno do urbanismo foi uma batalha perdida e que a intervenção dos tribunais nos ilícitos que se adivinham no setor financeiro se encaminha para o mesmo resultado.

Muito há a fazer para que o sentir social nestes sectores específicos se não propague a outros, se não generalize e se não instale.

E muitas são as matérias sobre as quais se nos afigura existir um vasto consenso de todos os intervenientes na justiça.

Reportar-me-ei apenas a estas e a algumas destas.

Os/as Juízes Desembargadores/as deste Tribunal da Relação de Lisboa têm correspondido, até ao limite das suas capacidades individuais e da tolerância familiar, às exigências acrescidas que lhes têm sido feitas com matérias jurídicas novas e com sucessivas reformas processuais, das quais destacamos a limitação da intervenção do Juiz na investigação/instrução criminal, a extinção de tribunais coletivos cíveis na 1.^a instância e a generalização do recurso



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

das decisões em matéria de fato, a informatização do processo judicial e a externalização/desjudicialização de processos antes cometidos aos tribunais.

A limitação da intervenção do juiz na investigação/instrução criminal, em nome de uma maior celeridade e eficácia na realização dos valores próprios do processo criminal, não poderá deixar de ser confrontada, quer com os seus próprios resultados, quer com a materialização do direito dos cidadãos à intervenção efetiva de um juiz.

O recurso da decisão em matéria de fato, constituindo um importante avanço no sentido da realização da justiça material no caso concreto e da sua perceção pelos intervenientes no litígio, não poderá deixar de ser beneficiado com um melhor enquadramento jurídico processual do binómio qualidade/celeridade, simplificando as exigências de fundamentação da decisão recorrida e aumentando a responsabilização dos intervenientes processuais pela sua utilização indevida.

A informatização do processo judicial, sem prejuízo dos ganhos de celeridade e de transparência que tem proporcionado, permite conceber um processo novo, de raiz, eliminando as



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

limitações da transposição do processo em papel para suporte informático, simplificando, normalizando, tornando célere, clarificando e dando a conhecer o conteúdo das decisões aos cidadãos interessados.

Em relação à externalização/desjudicialização de matérias e processos, incluindo os meios alternativos de decisão de conflitos, de que destacamos o processo executivo, o processo de inventário e a arbitragem, três são as áreas em que se afigura necessária uma intervenção corretiva.

No âmbito da primeira, antes da criação de mecanismos de resolução alternativa de litígios, importa refletir se, em alternativa à criação de mecanismos extrajudiciais novos, se não deverá incentivar a conciliação pré judicial, com a intervenção dos mandatários das partes, conjugando-a com uma maior responsabilização dos cidadãos e das empresas pelos custos do recurso à justiça, aliás, à semelhança do que acontece em outros sistemas, aparentemente, mais eficazes que o nosso.

No âmbito da segunda, criados novos mecanismos de resolução alternativa de litígios, importa assegurar ao cidadão um efetivo direito à intervenção de um juiz no seu conflito



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

concreto, de modo a que esta se não traduza numa intervenção meramente formal, suscetível de afastar um cada vez maior número de cidadãos da legalidade instituída e do acesso à justiça.

No âmbito da terceira, após um período razoável de funcionamento de tais mecanismos, não poderá deixar de ser feita a avaliação da sua ação em relação aos objetivos que presidiram à sua criação.

A justiça não pode assemelhar-se a uma aplicação informática que funciona num só sentido, configurada para limitar os direitos conferidos ao cidadão por lei substantiva e tendo como resposta pré definida a palavra “Não”.

Uma justiça a funcionar bem proporciona uma sociedade mais justa, com uma economia mais saudável e transparente e é essa justiça que almejamos e que ao assumirmos a presidência deste Tribunal da Relação de Lisboa nos propomos servir.

Mas esta não é uma tarefa individual, solitária.

É de todos!



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

Na sua prossecução conto com a dedicação e o esforço de todos quantos dão corpo a este Tribunal da Relação.

Antes de mais, com os/as Juízes/as Desembargadores/as porque são eles e elas que dão forma às decisões judiciais que aqui são proferidas, mas também com os/as Exm.ºs/as Magistrados/as do Ministério Público que, com o seu labor e reflexão contribuem para a conformação dessa decisões, com os Senhores/as Advogados/as, sobre cujos ombros pesa a responsabilidade da escolha do caminho para as decisões que afetam os seus constituintes, e com os/as senhores/as funcionários/as que, com o seu aturado trabalho, fazem o interface entre todos.

Perante todos me proponho trabalhar para criar no Tribunal da Relação de Lisboa um espaço humanizado, onde os diversos intervenientes se sintam bem, como cidadãos e como profissionais do direito, assumindo a sua missão com a satisfação própria de quem cumpre o seu dever.

Permitam-me que, em sintonia com este meu propósito, dirija uma palavra especial ao Presidente meu antecessor.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

O Exm.º Juiz Desembargador, Luís Maria Vaz das Neves, presidiu aos destinos deste Tribunal durante cerca de onze anos, com satisfação de todos, pelo carinho que lhes dispensou e pelo prestígio que granjeou ao próprio Tribunal, atentas as suas qualidades humanas e a competência como juiz.

Vamos sentir a sua falta.

Senhor Presidente, Luís Maria Vaz das Neves, manteremos para si um lugar especial no Tribunal da Relação de Lisboa e no coração de cada um de nós.

Para terminar, aos meus amigos, lembrando o título de José Tolentino de Mendonça.

“Nenhum Caminho será Longo”.

Como qualquer outro juiz, calcorreei o país, perseguindo a palavra “justiça” em cada uma das minhas decisões, dando-lhe ora um, ora outro, dos nomes de pessoas reais, muitos dos quais guardo na memória.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

Nesta azáfama, própria de juiz, terei faltado a familiares e amigos, que se julgaram esquecidos, por uma qualquer ambição própria de todos os homens e mulheres, desde que a humanidade o é.

Da família (aqui representada pela minha mulher e pela minha filha), pela sua própria essência, mais não espero que a relevação das minhas faltas.

A todos os outros, desde a minha aldeia de Vila Novinha, em Trancoso e de Mangualde, onde cresci, aqui deixo o meu protesto de que assim não é.

A todos prezo e todos vivem no meu coração.

Muito obrigado Senhor Presidente.

Muito obrigado a todos.

Lisboa e Tribunal da Relação, 08 de Setembro de 2016.

ORLANDO SANTOS NASCIMENTO.